



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CNAS
A Caminho do Sistema Único da Assistência Social

Ata da ordem dos dias 21 e 22 de julho de 2004.

– Aracajú – SE –

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CNAS

DATA: 21 de julho de 2004.

LOCAL: Hotel Parque dos Coqueiros – Rua Francisco Rabelo Leite Neto, 1.075 – Bairro Atalaia Velha – Aracaju/SE

Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e quatro, no Hotel Parque dos Coqueiros – Rua Francisco Rabelo Leite Neto, 1.075 – Bairro Atalaia Velha –, na cidade de Aracaju-SE, os representantes do Conselho Nacional de Assistência Social, da Secretária Nacional de Assistência Social, representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dos Conselhos Municipais e Estaduais, Representantes do FONSEAS, CONGEMAS e Fórum Nacional de Assistência Social, autoridades do governo municipal e estadual e convidados, conforme lista de presença anexa, estiveram reunidos na REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. I

ABERTURA. O mestre de cerimônia, senhor Gilvan Fontes, convidou autoridades para comporem a Mesa de Honra da Reunião e, em seguida, passou a palavra para a senhora Lizandra Vieira de Oliveira, Presidentedo Conselho Municipal de Assistência Social de Aracajú, que proferiu o seu discurso destacando o Sistema Único da Assistência Social vem ratificar a relevância da descentralização e inclusão, efetivando a transferência de competências e de recursos, ressaltando a responsabilidade que cabe a partir daí aos municípios, dotando de autonomia para elaboração dos seus diagnósticos, das suas diretrizes de monitoramento e de avaliação colocando que implica também em novas atribuições para os atores envolvidos com a Política de Assistência Social. Colocou ainda que o Conselho Municipal de Assistência Social de Aracajú sente-se honrado em sediar essa reunião e contribuir para a discussão em torno dessa proposta, em um novo tempo para a Assistência Social no Brasil e finalizou dando as boas vindas a todos os presentes à Reunião. Em seguida, a palavra foi concedida à senhora Márcia Lopes, a Secretária Nacional de Assistência Social, para que proferisse o seu discurso. A Secretária Nacional iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes. A senhora Márcia Lopes colocou ainda que, por motivos de força maior, o senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, não pôde está presente à Reunião, mas que por intermédio da Secretária Nacional reafirmou o compromisso do Ministério e o

compromisso do Governo Lula em assumir cada dia, cotidianamente, a responsabilidade do Estado na instância Federal pela condução clara, determinada de convicção da Assistência Social como política pública, universal e de qualidade e não mais como uma atividade periférica, como uma atividade assistencialista, pontual, clientelista. E ressaltou ainda que Assistência Social tem sido um instrumento fundamental para todos aqueles que estão imbuídos desta grande tarefa de fazer com que esta política pública de direito dos seus usuários, de fato, chegue de forma democrática, clara, transparente, ética, através dos seus serviços que devem, cada dia mais ganhar qualidade e ganhar a presença dos seus usuários no controle social desta política. Em seguida, a senhora Márcia Lopes ressaltou a importância da Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS como sendo o meio de discussão e aceitação do desafio que outras políticas já fizeram na implantação de um Sistema Único em todo o Brasil que vai regular no território nacional todas as ações da Assistência Social, governamental e não governamental, pensando na realidade, no território, nas demandas regionais, pensando na história da Assistência com as suas determinações em cada lugar do país. A senhora Márcia Lopes colocou que o objetivo é a elaboração de uma política efetiva, uma política que traga indicadores de resultados, de avaliação que tenha monitoramento, que tenha efetivamente um controle social, que indique a cada instância de governo a direção que a sociedade precisa para ela poder usufruir e poder desenvolver em todo o seu potencial. A senhora Márcia Lopes, ao final, congratulou-se pela administração municipal de Aracajú, que tem acompanhado as ações de governos promovidas pelo Ministério, ressaltando o papel e atuação na área de Assistência Social do Prefeito Marcelo Deda e toda sua equipe e a todos os gestores que estiveram presentes à Reunião e que se comprometem efetivamente com a Assistência Social como política pública, construindo o mais rápido possível um país de todos, um país justo, um país nosso, um país onde todos os brasileiros e brasileiras possam se sentir pertencentes e construtores da cidadania, da felicidade, da alegria, de tudo aquilo que nós somos capazes de realizar. Na sequência, a palavra foi passada ao Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, senhor Carlos Ajur Cardoso Costa, que proferiu o seu discurso cumprimentando às autoridades presentes ao evento, aos Representantes dos Conselhos Estaduais, Municipais, à Secretária Nacional, Márcia Lopes, e ainda a todos os técnicos da Secretaria e do Ministério presentes nesse evento. O senhor Carlos Ajur procedeu ainda à apresentação dos Conselheiros do Conselho Nacional de Assistência Social. O Presidente do CNAS ressaltou o importante papel das Conferências Nacionais de Assistência Social realizadas até hoje que têm deliberado reivindicações de mudança estrutural na Assistência Social em nosso país para que

essas mudanças se concretizassem a partir do momento em que se efetivasse a transferência da Secretaria para o Ministério da Assistência Social, colocou ainda que, como entendeu o Presidente Lula, que seria necessário uma estrutura maior para que se pudesse pactuar, concretizar todos os Programas de Assistência Social em um só Ministério criou-se então o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para que se pudesse trabalhar essa unificação dos Programas e o comando único da Assistência Social, sob a administração do Ministro Patrus Ananias. Destacou ainda o papel da Secretaria Nacional de Assistência Social, sob a responsabilidade da Secretária Márcia Lopes, que, juntamente com a sua equipe, e o Conselho Nacional de Assistência Social com a sua responsabilidade sempre procurando apoiar em suas deliberações para que essa política tome um novo rumo, que gera um impacto positivo diante daquelas pessoas que tanto precisam de um Programa de um projeto de Assistência Social a ser desenvolvido em seu benefício que vem surgindo, como em outras políticas, a criação de um Sistema Único, o SUAS, Sistema Único da Assistência Social. E acrescentou que para o pleno sucesso do SUAS é necessário que o governo federal cumpra com a sua responsabilidade na gestão do monitoramento, na avaliação e no financiamento e que é preciso que os estados e municípios também dêem as suas respostas, nessa execução, nesse financiamento, no seu monitoramento e na sua gestão, porque o grande problema está no município. O senhor Carlos Ajur ressaltou ainda que cabe aos gestores estaduais, gestores municipais darem essa resposta para que se efetive esse trabalho e para que esse impacto social aconteça de verdade e ressaltou ainda que é necessário respeitar as deliberações dos Conselhos Estaduais, dos Conselhos Municipais, os chamando na sua parceria, na responsabilidade diante dessa política. E acrescentou que quando foi evidenciado o redesenho da Política Nacional de Assistência Social, que é outro anseio da sociedade brasileira no campo da Assistência Social, ao se apresentar essa política na Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social em reunião em Brasília, juntamente com a Secretaria Nacional se propôs junto com a deliberação do Conselho para que a sociedade brasileira fosse convocada a começar a discutir e a propor juntamente para que possa construir uma política não imaginária, mas uma política que realmente a nossa sociedade espera e que o nosso povo também espera em seu benefício. Ao final, o senhor Carlos Ajur colocou que se espera durante os três dias de trabalho durante a Reunião Descentralizada, em que muitos daqueles que esperam dos trabalhos realizados ali, possam confiar que nestes três dias sejam produtivos e que a política de Assistência Social só tem a ganhar com esse trabalho aqui em Sergipe. E, antes de encerrar, o senhor Carlos Ajur, agradeceu aos colegas técnicos do CNAS, ressaltando que não fosse

por estes os Conselheiros não teriam toda a estrutura nas nossas funções e em seguida agradeceu a todos, desejando bom trabalho a todos. Em seguida, o senhor Carlos Ajur recebeu os cumprimentos pela comemoração de seu aniversário. A senhora Márcia Lopes passou às mãos do Presidente Carlos Ajur uma versão da Política Nacional de Assistência Social em Braille. O Presidente agradeceu os cumprimentos e ainda pelo recebimento da Política à Secretária Nacional, salientando a preocupação do Ministério com a política de inclusão social dos portadores de deficiência visual para que estes tenham acesso à Política. Em seguida, a palavra foi passada para o Prefeito da cidade de Aracajú, senhor Marcelo Déda, do PT-SE. Que cumprimentou a todas as autoridades, Representantes do governo e sociedade civil e demais presentes à Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social. E aproveitou para cumprimentar o senhor Carlos Ajur pela passagem de seu aniversário. E colocou da satisfação do povo de Aracajú em ter sido escolhida como sede da Reunião Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social. Prossegui seu discurso salientando a luta dos movimentos sociais, a luta dos profissionais da Assistência Social, os assistentes sociais brasileiros, a luta de instituições e organizações do país inteiro que levaram para a Constituição através de parlamentares, Deputados e Senadores constituintes um novo conceito, um novo papel e um novo lugar no texto da Carta Política para a Assistência Social. Acrescentou ainda que a Política Nacional de Assistência Social vise avançar no sentido de formar cidadãos, no sentido de criar instrumentos que viabilizassem cada vez mais a capacidade das pessoas, no sentido de fazer das políticas de Assistência Social algo mais do que uma perene ação de caridade do Estado ou dos cidadãos, mas uma responsabilidade do Poder Público e da sociedade, no rumo de criar autonomias, de viabilizar a possibilidade de que cada cidadão, mesmo aqueles que hoje são objeto dessas políticas, pudessem sonhar de no futuro em ter condição de exercitar os seus direitos cada vez mais, a partir das suas próprias forças, da sua própria força da capacidade de inclusão na sociedade brasileira. O Prefeito Déda ressaltou ainda o comprometimento dos estados e municípios, sobretudo na municipalização como um novo conceito de operação das políticas públicas que não nega papel, nem abre mão da participação efetiva do estado federado e da união federada e salientou que o conceito que se tem de descentralização não é apenas passar tudo para o município e esquecer dos papéis que cumprem a União e que cumprem os estados. Colocou ainda que política pública como Assistência Social não pode ser um sinônimo de milhares de práticas distintas de modelos diferenciados, mas um modelo que nasça da sociedade organizada, mobilizada em diálogo, tensão, reivindicação e negociação permanente com o Poder

Público tem que ser nacionalmente planejado. O prefeito ressaltou ainda que o modelo de política pública para a Assistência Social deve seguir o exemplo do Sistema Único de Saúde que, mesmo com todas as críticas que possa merecer, foi, sem dúvida alguma, a maior vitória que já se conseguiu ao longo da história desse país no sentido de produzir uma política pública eficaz, universal, descentralizada e baseada nos municípios brasileiros sem tirar o papel da União e dos estados, com transferência de recursos fundo a fundo. Acrescentou ainda que o modelo de Política Nacional da Assistência Social pode inspirar esse Conselho, pode inspirar o governo do Presidente Lula que tem um compromisso efetivo com todas as formas de democratização do país enfatizando que esta é uma das formas mais legítimas de democratização é encarar com coragem, com responsabilidade e com tranqüilidade o papel do Estado federado brasileiro. O senhor Prefeito de Aracajú colocou ainda a necessidade de integração entre todas as esferas do poder público, União, estados e municípios, numa só intenção de prestar ao povo brasileiro a atenção às necessidades e ainda uma resposta às reais demandas da população. O senhor Prefeito, ao final, fez um convite ao Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Carlos Ajur, para conhecer o CAPES, Centro de Educação para Portadores de Deficiência Visual, sendo este o único do estado, que é mantido pela prefeitura municipal de Aracajú e que foi criado na gestão da Secretária de Educação Marieta Falcão, colocando que o Centro permanece com ampliações. Informou ainda sobre a reforma e modernização da Biblioteca Municipal Claudomir Silva, salientando que esta conta com um vasto acervo de livros em Braille. Ao final, o Prefeito da cidade de Aracajú, SE, senhor Marcelo Déda, agradeceu a todos os presentes. A palavra em seguida foi passada à senhora Lizandra Vieira de Oliveira, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Aracajú, que proferiu que informou sobre a metodologia dos trabalhos daquela manhã, informando a realização do primeiro painel de discussões que teve a apresentação da Política Nacional de Assistência Social pela assistente social e Diretora do SUAS, Simone Albuquerque, e com a Secretária Nacional de Assistência Social, a senhora Márcia Lopes. E em seguida passou a palavra à senhora Secretária Nacional de Assistência Social, Márcia Lopes. A senhora Secretária iniciou a sua fala tratando da prestação de contas do trabalho e do encontro que aconteceu em Belo Horizonte em que se fez um retrospecto um diagnóstico do que e do que se tinha como pauta, a partir das deliberações da Conferência Nacional de Assistência Social e dos desafios que se apresentavam para que se pudesse dar efetividade àqueles compromissos. A senhora Secretária Márcia Lopes informou sobre a estrutura da Secretaria Nacional, qual seja: Secretária Nacional de Assistência Social, Secretaria

Nacional de Segurança Alimentar, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Secretaria de Articulação e uma Secretaria de Articulação e Gestão da Informação e que na Secretaria Nacional de Assistência Social, quatro grandes diretorias, uma das diretorias pela qual a senhora Simone Albuquerque responde, que é a Diretoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, uma Diretoria de Benefícios Assistenciais, pela qual responde a senhora Ana Lígia e coordena a gestão dos benefícios de prestação continuada, renda mensal vitalícia e os benefícios eventuais que está demandando regulamentação e salientou que essa ação será efetivada durante a gestão; a Diretoria de Proteção Social Básica, pela qual responde a senhora Aidê Almeida e Diretoria de Proteção Social Especial. Informou ainda que a estrutura conta com a Assessoria de Orçamento e Financiamento, com a senhora Gisele Tavares, que esteve presente durante a Reunião Ampliada de Aracajú; a Assessoria de Informação, com a Luziele Tapajós; informou ainda sobre a presença do Marcos Chagas que é o Coordenador do Fundo Nacional de Assistência Social, que tem participado e acompanhado todos os debates e ainda as assessorias nas áreas e nos Programas oficiais do estado. A senhora Secretária Nacional reafirmou ainda os compromissos da Secretaria com o que está definido em termos de política social e reafirmou que as ações da Secretaria terão prosseguimento na gestão que se iniciou com sua pessoa e sua equipe. A senhora Secretária colocou ainda que uma das grandes expectativas era de que houvesse um Decreto emitido Presidente da República para que a eleição da Sociedade Civil fosse coordenada por ela própria e que isso aconteceu havendo então as eleições da Sociedade Civil já nos moldes desta nova ordem, desta nova norma que estabelece a Coordenação da Sociedade Civil pela Sociedade Civil e que os novos membros foram eleitos e já apresentados anteriormente. Informou ainda sobre a publicação de uma Portaria criando um grupo de sistemática com a presença da Secretaria, da área jurídica, da área financeira do Ministério para a construção de uma proposta de uma nova sistemática de repasse dos recursos na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social. Destacou ainda que este grupo tem trabalhado diuturnamente na construção de parâmetros, de critérios, de cálculo de custo das ações da Secretaria, de definição de pisos. Em seguida, a Secretária Nacional informou sobre as decisões pactuadas na CIT, no Conselho Nacional em relação à expansão dos Programas da Secretaria. Informou ainda sobre a criação de quase 117 mil novas metas para criança no trabalho infantil, nós estamos totalizando 930.774 novas metas para bolsa e para jornada ampliada do trabalho infantil. Salientou ainda acerca de um trabalho realizado pelo Unicef sobre a situação do PETI no Brasil, partindo do censo, dos estudos, da OIT, do Unicef, da PINADI, para que se tivesse o cuidado de construir

uma distribuição mais justa do que se tinha feito no passado, com vistas a evitar a ocorrência de estados com uma grande incidência de trabalho infantil e com um número de metas muito abaixo daquilo que exigia e estados com um menor índice e proporcionalmente com metas maiores, com ênfase no trabalho doméstico e trabalho de rua, trabalho ambulante. Como resultado, a Secretária Márcia Lopes colocou que estiveram mais 691 municípios envolvidos, nos quais 163 houve a implantação do PETI e nos 538 houve um aumento de metas. Acrescentou que este material com a relação de todos os municípios, a relação dos estados, já foi passado para os membros da CIT, os gestores municipais e gestores estaduais, e que estas informações estão sendo amplamente divulgadas. Com relação ao PETI, Secretária informou sobre a entrega deste documento “Análise situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”, realizado pelo Unicef, salientando que foi um estudo solicitado pelo Ministério no ano passado, e Ministério pagou o Unicef para que ele pudesse realizar esse estudo, essa análise situacional, fazendo uma importante pesquisa com uma amostragem de 62% do total dos municípios; dos 27 estados, 23 responderam à pesquisa, mais o Distrito Federal e 1.603 municípios brasileiros. Colocou ainda que a expansão do Programa de atenção integral à família, nos Centros de Referência, em que houve um aumento de 361 para 899 novos núcleos de atenção integral à família e da mesma forma os critérios foram pactuados na CIT, considerando municípios que já tinham os NAFIS, capitais, regiões metropolitanas, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e que feito um estudo a partir da demanda e daquilo que se tinha. A senhora Márcia Lopes colocou ainda que mais de 500 projetos foram recebidos e que destes, 100 foram classificados e 62 municípios receberam na ordem de R\$ 8 milhões para investimentos na Inclusão Produtiva. A Secretária colocou ainda que serão executados ainda no ano de 2004 R\$ 1.75 milhões em recursos em Programas diretos junto aos municípios brasileiros. A Secretária Márcia Lopes colocou ainda que uma das grandes preocupações do Ministro Patrus era o processo da burocratização quanto à dificuldade para agilização dos pagamentos e que um dos grandes desafios e reivindicações era a liberação da exigência da CND e, felizmente, a Medida Provisória 190, de 31 de maio, garante a liberação da exigência da CND para o repasse dos recursos e acrescentou ainda que está sendo feita uma consulta à área jurídica para que isso se estenda aos estados, aos municípios para que a CND seja uma etapa vencida na gestão da Política Nacional de Assistência Social. A senhora Márcia Lopes acrescentou ainda informando que neste processo de ampliação, de expansão, a equipe da Secretaria tem viajado e se reunido com gestores de praticamente todos os estados, já tendo sendo visitados mais de 15 estados brasileiros

reunindo os gestores, discutindo a realidade da Assistência Social nos estados e municípios, inclusive a realidade dos Conselhos Municipais. A Secretária colocou ainda sobre a realização de um encontro nacional sobre o BPC para tratar de discussões sobre a operação do benefício, que não é previdenciário, mas sim assistencial, que hoje é feita pela Data-Previ, e acrescentou informando sobre a existência de um Protocolo de Intenções assinado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada no INSS, doutor Jéferson Guedes, e pela Secretaria, sendo este um Protocolo no âmbito das atribuições que cabe a cada órgão no sentido da troca de informação entre os órgãos na perspectiva de assegurar a qualidade na operacionalização da análise, do reconhecimento do direito ao benefício de prestação continuada, que dá indicação de um convênio que será assinado onde há indicação entre as prefeituras e as agências do INSS, com todo o aval dos Órgãos Federais para que, se possa superar as dificuldades, a falta de informação, a falta de acesso à listagem dos beneficiários, a falta de transparência que tem sido sempre criticada nessa área. A senhora Márcia Lopes colocou ainda que a Secretaria estará promovendo uma campanha informativa sobre o BPC, com vistas a explicar sobre o direito ao benefício, a quem ele deve recorrer, onde ele deve ir, qual é o serviço local no município que atende a este benefício, isso, nós estaremos desencadeando. Sobre a Política Nacional do Idoso, a senhora Márcia Lopes informou que um dos temas de discussão na CIT foi a regulamentação pelo Decreto 5.130, de 7 de julho, inter-estadual, que é um dos temas do Estatuto do Idoso e informou também que a Secretaria vem promovendo uma série de ações na área da Política Nacional do Idoso. Informou ainda sobre outros eventos realizados junto à Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas, com vistas a envolvê-los no debate da implantação do Sistema Único de Assistência Social, visando garantir que junto com as decisões técnicas, políticas, se tenha absoluta garantia da orientação jurídica, do controle da prestação de contas e que, por isso, tem sido feita uma série de debates e de trabalhos articulados com o Tribunal de Contas e com a Controladoria Geral da União. A senhora Márcia Lopes informou ainda sobre os compromissos firmados pela Secretaria com o Conselho Nacional de Assistência Social, destacando a questão do estoque de análise de processos e a questão da eleição para o Conselho. A senhora Márcia Lopes falou ainda sobre a questão da divulgação do texto da Política Nacional de Assistência Social, salientando que o texto se constitui num instrumento e que é uma versão absolutamente preliminar e que há um prazo estabelecido até 31 de agosto para que todas as contribuições cheguem no Ministério, no Conselho Nacional de Assistência Social para que então seja possível reformatar o texto da Política Nacional, salientando que será feita uma tradução deste plano numa

linguagem mais simples, mais acessível para que todos os Conselheiros Municipais, para que outras pessoas que não obrigatoriamente atuem na assistência compreendam o que está sendo colocado como fundamentos, como conceitos, como diretrizes, como prioridades, como eixos, como corpo da proposta do Sistema Único de Assistência Social. A senhora Márcia Lopes comprometeu-se ainda com a ampla divulgação das informações das ações da Secretaria, salientando que isto se dará inclusive através do sistema de informações via Internet. Finalizando, a senhora Secretária Nacional de Assistência Social, Márcia Lopes, passou a palavra à senhora Simone Albuquerque e agradeceu pela oportunidade de participação na Reunião. A senhora Simone Aparecida Albuquerque iniciou sua fala colocando que a Política Nacional de Assistência Social está prevista nos artigos 18 e 19 da Lei Orgânica da Assistência Social e que a LOAS define como responsabilidade do órgão gestor fixar suas respectivas políticas, o que está expresso no capítulo 3º, no art. 18º, e ainda que segundo o artigo 18º, o Conselho Nacional de Assistência Social deve aprovar a política e que o artigo 19 da LOAS diz que a Política Nacional de Assistência Social deve conter suas normas gerais, bem como seus critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de serviços de benefícios, Programas e projetos. Colocou que o Governo Federal, a Secretaria Nacional de Assistência Social, em cumprimento aos artigos 18 e 19 da LOAS e em cumprimento à deliberação da Conferência Nacional de Assistência Social apresentou no dia 23 de junho a Política Nacional de Assistência Social. Esclarecendo que foi elaborada uma proposta que foi fruto do que se tem acumulado nos últimos 10 anos e se comprometeu então que assim que a política for aprovada serão operadas as mudanças que a política já conta em sua concepção. Acrescentou que o Plano Nacional de Assistência Social é a norma operacional básica da Assistência Social que, para ser construída é preciso que a concepção, os princípios e as diretrizes já estejam de antemão pactuados. Afirmou ainda que a Política Nacional de Assistência Social traz a concepção colocada na Constituição de 88 e depois reforçada pela Lei Orgânica da Assistência Social de que a Assistência Social é política de seguridade social. Colocou também que a concepção de seguridade social traz para responsabilidade do Estado o dever de prever proteção social para todos os brasileiros independente de contribuir ou não para a Previdência Social. Ressaltou que a Política deixa claro também que compete à Assistência Social desenvolver ações para a família, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade pela idade, ou seja, devem ter proteção social do Estado as crianças, adolescentes, jovens e idosos, em situação de vulnerabilidade pela deficiência ou pela doença ou desvantagem ou vulnerabilidade pro situações conjunturais ou

circunstanciais. Saliendo que Política define qual é o público que ela vai atender, que são todas as pessoas, famílias, membros, indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade, provendo assim, um conjunto de seguranças que cubram, previnam situações de exclusão e risco social através da construção de uma rede de proteção social básica e especial que é composta por organizações governamentais e não governamentais, cabendo ao Estado a primazia pela sua condução, sendo este o grande responsável pela primazia da condução da Política Nacional de Assistência Social no Brasil. A senhora Simone Albuquerque dissertou ainda sobre a questão da matricialidade sócio-familiar, cuja definição também saiu da Conferência Nacional de Assistência Social de que o novo modelo de gestão a ser construído no Brasil tivesse a família como eixo organizador matricial da política. Colocou ainda que a Política reconhece as fortes expressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias, acentuando suas fragilidades e contradições, fazendo-se primordial sua centralidade nas ações da Política de Assistência Social como espaço privilegiado e insubstituível de proteção, provedora de cuidados aos seus membros, cujo objetivo estratégico de superar a segmentação existente na nossa área que, para além da transferência de renda, invista em redes de proteção e acrescentou que a política aponta que os serviços de proteção básica e especial às famílias serão prioritariamente prestados nos Centros de Referência de Assistência Social. Discorreu ainda sobre a questão colocada na Política Nacional quanto à descentralização, que é uma das diretrizes apontadas na Lei Orgânica da Assistência Social que a política retoma, esclarecendo que está previsto no artigo 6º da LOAS e que, segundo à Lei Orgânica, deve se organizar em sistema descentralizado e participativo da Assistência Social. Saliendo também que é preciso se ter na reorganização da rede de assistência social, que deve ser composta por Programas, serviços, projetos e benefícios governamentais e não governamentais de assistência social, baseados no território e ainda que a política deve ser organizada no território e que esses serviços devem ser organizados de forma hierarquizada e complementar. Em seguida, a senhora Simone Albuquerque demonstrou de forma gráfica o que a política aponta do ponto de vista conceitual e que esse modelo terá que ser aperfeiçoado quando for elaborado o Plano Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica. E colocou que a política aponta que os serviços de proteção básica devem ser prestados por todos os municípios brasileiros ou por áreas de um grande município ou de regiões metropolitanas, para todas as famílias que moram em territórios de alta vulnerabilidade social. A senhora Simone Albuquerque discorreu ainda sobre a diferença entre os serviços de proteção básica e especial, esclarecendo que o primeiro seria a obrigação do

básico a ser prestado a todas as famílias pela política de Assistência Social, colocando que os Centros de Referência de Assistência Social têm núcleos de atendimento às famílias para atender àqueles em situação de quase risco que prestam esses serviços e também articulam as ações de socialização e de proteção básica as chamadas unidades de geração de renda e, conforme à Lei Orgânica da Assistência Social, projetos de enfrentamento à pobreza, bem como as ações de transferência de renda que estão aqui colocadas as ações no Bolsa Família, a transferência de renda do benefício de prestação continuada como proteção básica para todas as famílias, indivíduos que dela necessitam, acrescentando que estes terão responsabilidade não só de desenvolver ações de prevenção, mas também de identificar os casos de violação de direitos, se caso identificado nesses territórios, eles serão encaminhados, terão como referência o serviço chamado de média complexidade. Colocou também que os serviços de média complexidade são serviços para famílias e indivíduos que já violaram direitos, mas que não houve ainda o rompimento dos laços familiares e comunitários. Exemplificou que o serviço de média complexidade é o cuidado no domicílio para idosos e pessoas com deficiência e os serviços que compõem as medidas sócio-educativas em meio aberto são: o liberdade assistida e a prestação de serviço à comunidade. Outro ponto abordado pela senhora Simone Albuquerque foi a questão de mudança do modelo de asilamento e confinamento que ainda hoje impera na área da Assistência Social, precisando, para tanto, um controle da porta de entrada, e acrescentou que cabe aos gestores e Conselheiros a definição se de fato determinado usuário precisa ou não ir para um asilo, colocando a necessidade de se desmontar os modelos FEBEM's, os seus modelos asilares, os seus modelos de confinamento de pessoas com deficiência, para implantar um novo modelo de Assistência Social. Tratou também da questão do financiamento na área da Assistência Social, esclarecendo que a Política é financiada pelo Fundo Nacional de Assistência Social como uma grande estratégia colocado por nós em Lei, de organização dos recursos, e coloca que área da Assistência Social financia diretamente a indivíduos e famílias porque é uma política de seguridade social, o dinheiro então sai direto do recurso da União e vai para o bolso de famílias e indivíduos e financia os serviços, programas e projetos de apoio às famílias e indivíduos através do recurso que sai do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Estaduais e Municipais. A senhora Simone esclareceu também que a Política traz o financiamento hoje é centralizado, genérico e segmentado, e que estão sendo feitos estudos que serão apresentados ao Conselho Nacional de Assistência Social para que se possa ter clareza de que tipo de financiamento se tem hoje. A senhora Simone colocou também a questão

de que o financiamento da Assistência Social nem sempre corresponde à necessidade de estados e municípios, uma vez que os recursos da Assistência Social ainda financiam distúrbios de comportamento, distúrbios de aprendizagem, creche, e salientou a necessidade de se vincular recursos da seguridade social e do orçamento da união para a política da Assistência Social e ainda a necessidade de se fazer a revisão do PPA que é a ponte para a transição do modelo atual para um novo modelo, pensando na universalização da proteção básica. A senhora Simone destacou também que se estabelecer metas e prazos, negociar com a saúde e a educação a transição do que hoje é financiado e executado pela Assistência Social para que essas políticas possam assumir. A senhora Simone Albuquerque salientou que é suma importância a participação dos Conselhos na discussão sobre os serviços executados pelas entidades que contam com o financiamento indireto, oportunizadas pela CEBAS, devem estar integradas à rede sócio-assistencial, atuando conforme princípios e diretrizes da política nacional de Assistência Social, destacando que estas têm que prestar serviços de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social. A senhora Simone destacou ainda que é imperativo a qualificação dos profissionais que atuam no exercício da proteção básica. E destacou ainda a necessidade de se estabelecer melhor os perfis dos profissionais que trabalham na Política de Assistência Social, definindo e regulando os trabalhadores da Assistência Social. Discorreu também sobre a necessidade de se fazer registros únicos no Brasil, salientando que não é possível se trabalhar com vários formulários de informações sociais, com vistas a se estabelecer novos processos de trabalho que aponte para novas práticas e novas tecnologias, reorganizando ainda os processos de trabalho na área da Assistência Social para então se ter o próximo eixo da política que é o Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação. Para finalizar, a senhora Simone Albuquerque enfatizou a intenção de o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divulgar e apresentar a Política Nacional de Assistência Social para o Brasil. Em seguida, a senhora Lizandra Vieira, no uso da palavra, agradeceu a participação da senhora Secretária Nacional de Assistência Social, Márcia Lopes, como também a participação de Simone Albuquerque, Diretora do SUAS. E repassou novamente a metodologia dos trabalhos do dia. Após a pausa para o almoço, a senhora Dalila Maria Pedrini, Conselheira Nacional do CNAS, na condução dos trabalhos da discussão do tema o SUAS e a relação público-privada, convidou a senhora Secretária Nacional de Assistência Social, Márcia Lopes, Representante Nacional e do Instituto de Estudos Especiais da PUC, a Assistente Social Rosângela Paz e a Representante do Fórum Nacional da Assistência Social, Djanyse Mendonça para comporem a Mesa. A

senhora Márcia Lopes deu início à discussão, discorrendo sobre aspectos históricos sobre o processo de construção e definição do que é público e do que é privado, atendo-se à questão da relação público-privado na Assistência Social. A Secretária Nacional de Assistência Social discorreu sobre a omissão do Estado brasileiro no campo das políticas sociais e na área da Assistência Social, sobre a relação do Estado com a sociedade civil ou ainda, a relação do Estado com as iniciativas privadas de interesse público, de caráter público que atuam nesse campo, salientando que estas sempre foram extremamente conflituosas. Falou ainda sobre a clara transferência de responsabilidade para o âmbito privado daquilo que, apesar de já estar claramente escrito na Constituição brasileira, a primazia de responsabilidade do Estado na condução das políticas públicas. Falou também sobre a responsabilidade que a Constituição de 88 estabelece partindo disso para o estado brasileiro nas três esferas de governo em relação ao comando, à Coordenação, ao financiamento, à supervisão, ao Sistema de monitoramento, informação, de supervisão, de acolhida da grande demanda que vem da sociedade no campo da Assistência Social, falou também sobre as três grandes diretrizes constitucionais quando tratam da universalização do acesso aos direitos fundamentais, da descentralização político-administrativo e da participação da sociedade. A senhora Secretária destacou ainda que a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, mas que deve contar também com a rede de serviços não governamentais e acrescentou que o financiamento do Ministério através da Secretaria alcança quase 29.500 mil Entidades não governamentais e prestam serviços de Assistência Social nas mais diversas áreas e define a Lei Orgânica da Assistência Social. Colocou também que quando a Constituição estabelece a Assistência Social como política e quando ela explicita o Sistema de gestão com os planos, com a realização das conferências, com a estrutura dos órgãos gestores, com a definição do comando único, com a definição do controle social, ela está exatamente organizando e já dando uma direção muito clara desta relação do público e do privado no campo da Assistência Social. A senhora Márcia Lopes falou ainda que não se conseguiu atingir aquilo que a própria Lei coloca quando fala no co-financiamento nas três esferas de governo, quando ela fala do re-ordenamento institucional e acrescentou dizendo que o desafio hoje para Sistema Único de Assistência Social é se pensar o re-ordenamento institucional da grande rede de serviços, seja ela governamental e não governamental. A Secretária, corroborando com o que fora dito pelo Prefeito Marcelo Déda anteriormente, afirmando que não se trata de destituir de responsabilidade nem estado nem sociedade civil, nem de abrir mão de qualquer tipo de responsabilidade, mas sim de assumir essa construção coletiva a partir do que estabelece a Constituição de 88,

a partir do que estabelece a Lei Orgânica de Assistência Social, que fala da exigência desta regulação nas três esferas de governo. Ressaltou ainda a necessidade de se regular a relação público-privado em termos das parcerias, das responsabilidades, da atribuição das competências e da formulação de uma política que tenha no seu bojo um processo permanente de planejamento com definição de metas claras, sobre o conceito que se tem acerca de cada serviço que realizado em todos os segmentos: com crianças e adolescentes, com as pessoas idosas, com as pessoas com deficiência, as iniciativas de profissionalização, de geração de renda, toda a rede de serviços. Acrescentou que se faz necessário assumir a responsabilidade da definição clara de rumos do princípio de parceria da relação solidária, aberta, disponível de ambas as partes, do processo coletivo das novas referências, tratou também da questão do distanciamento de financiamento do próprio governo federal em relação às demandas colocadas para os municípios. E ressaltou o compromisso com a Política Nacional de Assistência Social da construção de uma Política não mais de varejo, mas de atacado, uma política onde a construção das aquisições materiais e sócio-educativas estejam garantidas, uma política onde a perspectiva de universalização. A senhora Márcia Lopes discorreu ainda sobre o documento “Instrumentos de Regulação de Parceria na Política de Assistência Social”, coordenado pela professora Aldaísa, escrito em 2001 e que já tratava da responsabilidade no cumprimento da Assistência Social dentro de um Sistema Único, Descentralizado e Participativo, salientando a sua relevância como instrumento de pesquisa das experiências passadas por outros estados. Por fim, a Secretária Nacional de Assistência Social salientou a importância das discussões que serão realizadas durante a Reunião nos Grupos de Trabalho, nas reflexões e Conselho Nacional que têm um papel fundamental na sistematização, na síntese para a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e, conseqüentemente, a revisão da NOB e a aprovação do Plano Nacional de Assistência Social. Finalizou agradecendo a todos. Em seguida a palavra foi passada para a senhora Djanyse Mendonça, Presidente do Fórum Nacional de Assistência Social que cumprimentou a todos presentes e agradeceu o convite ao Conselho Nacional de Assistência Social para participar da Reunião, procedeu em seguida a apresentação de alguns componentes da Coordenação do Fórum Nacional de Assistência Social que estiveram presentes no evento, quais sejam: Alexandre Ciconello, Representante da ABONG; José Carlos Aguilera, dos Salesianos; Fátima Azevedo, Representante da CNTSS. A senhora Djanyse iniciou sua fala ressaltando aspectos que tratavam da herança política das políticas públicas nas últimas décadas. Em seguida dissertou sobre o caráter estratégico do SUAS na regulação da relação público-privado e,

por fim, tratou as idéias principais do abordara anteriormente. Destacou ainda que discussão do Sistema Único de Assistência Social tem um significado histórico, uma vez que esta era almejada há tempos, enfatizando que este é um novo momento na discussão da Assistência Social, salientando que o SUAS significa um grande passo na superação da fluidez e da frágil institucionalização da Assistência Social como política pública. Destacou ainda que os instrumentos que estão pautados para discussão, que vem sendo traçada desde dezembro acerca da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, possuem valor estratégico porque significa avanço na democratização do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, significa avanços na especificação das ações a serem realizadas pelas diferentes instâncias do governo e que irá contribuir para clarear o que é de responsabilidade Estatal, pública e privada. A senhora Djanyse enfatizou ainda que a definição, a qualificação do que vem a ser uma Entidade de Assistência Social demanda uma especial atenção, uma vez que se trata de processo de articulação, destacando que a definição, a conceituação do papel destas entidades e quais entidades devem compor a rede prestadora de serviços sócio-assistenciais é imperativa. Falou também sobre o papel do Estado na consolidação da Assistência Social como política pública que ela deve ser contextualizada. E, finalizando, ressaltou que não se pode mais postergar a definição conceitual do que é uma Entidade de Assistência Social, e ainda que a proposta do SUAS deve realmente atribuir papéis diferenciados às instâncias governamentais, uma vez que ele hierarquiza as atribuições dessas instâncias e tem então condições de configurar, de deixar claro as diferenças de papéis. Em seguida, a palavra foi concedida à senhora Rosângela Dias Oliveira da Paz, Representante do Instituto de Estudos Especiais e do Conselho Nacional de Assistência Social, que proferiu o seu discurso fazendo um apanhado histórico da relação público e privado desde os primórdios, com a Grécia Antiga, até os dias atuais com o estabelecimento da Constituição de 1988, destacou ainda as lutas de redemocratização no Brasil, o sentimento de democracia, de cidadania, que levou a se repensar a idéia de público e privado e, no caso, a democracia brasileira. Colocou também que a idéia de esfera pública pensada na relação de Estado e sociedade civil é, necessariamente, uma relação que traz à tona diferenças, conflitos e diferentes que devem ser negociados, que devem ser discutidos e pactuado. Destacou também que o documento do SUAS destaca dois aspectos importantes, sendo o primeiro, é que está sendo chamado de “Novas Bases para a Relação entre o Estado e a Sociedade Civil” e o segundo ponto que é o controle social e salientou que não se deve fazer uma fala teórica do ponto de vista de pensar o público e privado, mas sim um pensar dialogando com a

proposta. Ressaltou também a necessidade de se ter um pensar sobre o Sistema Único é um sistema de proteção social junto com a proteção social o que implica na regulação social, numa regulação das relações que se estabelecem entre Estado e Sociedade. Enfatizou a necessidade de haver uma definição na conceituação do que efetivamente são as Entidades de Assistência Social dentro de um campo muito mais amplo de organizações na sociedade civil e em segundo qual é o nosso lugar dentro do Sistema e da política. A Senhora Rosângela Paz destacou ainda as conclusões do Tribunal de Contas, que trazem ser possível inferir que os Conselhos dediquem maior parte do seu tempo na aprovação das políticas de Assistência Social ao acompanhamento e avaliação da gestão dos recursos, bem como a avaliação dos bens sociais e do desempenho dos Programas e projetos aprovados, relegando a uma prioridade menor atividades de controle e fiscalização da prestação de serviços pelas entidades beneficentes, enfatizando que as fiscalizações ajudam a garantir o nível de qualidade do atendimento aos destinatários. Destacou ainda o desafio que se coloca na própria operação, na execução da uma rede de Assistência Social, salientando que não se trata de um somatório de organizações, tampouco de uma listagem de endereços, mas que, uma rede implica, necessariamente, num trabalho integrado e articulado. E acrescentou falando sobre o pensar desse controle social, trazendo uma nova regulação civil onde se possa estabelecer a partir de critérios, de padrões de qualidade procedimentos de controle social necessários. E finalizou dizendo que foi construída nesses 10 anos uma prática, um procedimento, e salientou que se faz necessário ter a coragem de sentar e a partir desse novo patamar da proposta do Sistema Nacional pensar um novo momento onde se possam efetivar novas mudanças, com vistas à construção dessa política. Em seguida a senhora Dalila Maria Pedrini, que coordenou os trabalhos do período, agradeceu a participação das expositoras e informou o local em que cada Grupo de Trabalho deveria se reunir, dando assim prosseguimento aos trabalhos de discussões. Na manhã do dia vinte e dois de julho de dois mil e quatro, às nove horas, tiveram início às discussões dos Grupos de Trabalho. O senhor José Adelar Cuty da Silva, que coordenava os trabalhos àquele período, informou que seria feita a apresentação dos relatores dos sete grupos, que, conforme a programação do dia anterior, analisaram duas questões relativas à Política Nacional de Assistência Social, sendo: as expectativas de cada grupo em relação à política e também quais as atribuições das três esferas de governo na implementação da Política Nacional de Assistência Social e também do Suas. O senhor José Adelar Cuty da Silva informou que a reunião do Congemas da Região Nordeste ocorreria naquele dia às 11h no Salão Coqueirais. E, em seguida, solicitou que a relatora do Grupo 1, a senhora

Melmires Ferreira, procedesse a apresentação das conclusões do Grupo 1. a senhora Melmires Ferreira que informou que, acerca do primeiro questionamento, foram colocadas as expectativas deveriam ser discutir relação ao conteúdo da Política Nacional de Assistência Social e que, dentre as expectativas, algumas foram colocadas, tais como: como será o financiamento das políticas nacionais de assistência. E que um outro questionamento levantado foi em relação ao mapeamento dos municípios, uma vez que existem municípios de tamanhos diversificados, com número de população também bastante diversificado, tratando que as ações deverão ou serão condicionadas, uma vez que várias ações que vêm sendo desenvolvidas e muitas vezes elas acabam sendo interrompidas, a depender da ação política de outras conjunturas. Saliou a preocupação sobre se deveria ou não extinguir os valores *per capita*. E ainda em relação à dificuldade de operacionalizar esse controle por municípios. Como encaminhamento sugerido durante as discussões do Grupo, a senhora Melmires Ferreira colocou que foi sugerida a construção de um mapa geo-social, onde conste as demandas de cada município, bem como as suas formas de execução, rever a divisão territorial da área de abrangência, da população, dos municípios, observando a especificidade de cada região. Colocou a necessidade de definição da fonte dos recursos, salientando que tais definições é que essas fontes de recursos venham das três esferas: da União, do estado e do município, através de um sistema de co-financiamento. Quanto à questão da estrutura do funcionamento das ações e estrutura de organização da Política Nacional de Assistência Social, a senhora Melmires Ferreira colocou que tais ações deverão ser continuadas, salientando que esta foi uma das propostas, e que deverá ser observado a percepção da população. Colocou ainda sobre a necessidade de valorização da área dos profissionais, destacando que esta foi uma questão bastante discutida em relação à criação do quadro de profissional. Destacou ainda que deverá ser assegurada que a ocupação e renda para a população, as diretrizes devem estar bem claras e as normas também devem ser bem definidas, a capacitação de recursos humanos deve ser uma capacitação continuada, não só a capacitação dos profissionais, mas também dos próprios gestores, a articulação entre os profissionais e entre as políticas públicas, desenvolver e fortalecer as políticas setoriais, acabar com uma questão também bastante polêmica, mas chegamos a um entendimento de que seria interessante acabar com a questão da *per capita* e a avaliação deve ser feita pelo nível de estrutura, pela necessidade e não por cabeça. Colocou também que, quanto a definição de um novo pacto federativo, deve se constituir como um novo pacto federativo, delegando responsabilidades para cada esfera do governo, onde não deve haver duplicidade de

ação, salientando que haverá de se gerar ônus para aqueles condutores da política de assistência social que não cumpram com o pacto estabelecido. Colocou também que foi discutido que alguns Conselhos não têm uma direção realmente do seu papel e, por conta disso, é necessário ter uma definição clara de qual é o papel do Conselho, trabalhar em conjunto, de forma articulada, em relação a essa articulação, que, segundo relatado, deve ser bem clara, bem definida, entre os conselhos, Conselho Nacional, Conselho Estadual e Municipal e entre a Secretaria Nacional de Assistência Social. Colocou também que foi discutido que deve haver articulação e cooperação entre as Secretarias, com vistas a gerar um trabalho integrado. Discutiu-se também no Grupo 1 que haveria necessidade de se estipular um valor de 5% do orçamento da União, definido que esses 5% seriam destinados para A Política Nacional de Assistência, e que esse valor deve ser destinado para a Política de Assistência, e ainda que deveria ser articulado com o Congresso para garantir que realmente essas ações sejam implementadas e que se defina o financiamento dos benefícios eventuais. Sobre a segunda questão posta em discussão no Grupo, relativa às atribuições das três esferas do Governo para a implantação da política nacional, ficou definido da seguinte forma, que à União caberia a elaboração das diretrizes, ao estado o monitoramento e a assessoria, podendo também definir de certa forma uma execução e que essa execução ao nível de execução de média e alta complexidade, onde a execução direta, poderia ser direta, acontecendo de forma direta ou poderia também acontecer essa execução de forma indireta através dos consórcios, vai depender do tamanho do município, vai depender do tamanho da população. Em relação ao município, a senhora Melmires colocou que foi acertado pelo Grupo que seria utilizada também a execução, necessitando de definição atrelada ao do tamanho do município, levando-se em consideração a questão da extensão territorial do Brasil e da especificidade de cada região e de cada município. Por fim, a senhora Melmires informou que mais duas questões foram colocadas em discussão no Grupo, quais sejam: manter o princípio da descentralização e trabalhar em redes, como complementaridade, e que essa rede deveria ser definida claramente definido e que esse modelo definido seria adotado em nível nacional, respeitando a especificidade e as diferenças regionais. Tendo sido estas as propostas colocadas pelo Grupo 1. Em seguida, o senhor José Adelar Cuty da Silva, solicitou ao relator do Grupo 2 que procedesse sua apresentação. A senhora Letícia C. Raymundo, Representante do governo do estado do Paraná, da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social, iniciou o seu relato ressaltando a dificuldades durante as discussões uma vez que havia diferentes níveis de informação, com referência ao documento preliminar da Política Nacional de Assistência Social, destacando que

alguns estados e municípios já estão em processo de discussão, mas que a maioria dos componentes do grupo não teve acesso ao documento antes desta reunião. A senhora Letícia C. Raymundo colocou que foi sugerido que para os próximos encontros, ou reuniões como esta aqui, que envolvam a participação ampla dos estados e dos municípios, que seja destinado maior espaço para os debates. Passando para a questão nº 1, quais são as expectativas do grupo em relação à política. O grupo entende que a versão final da Política Nacional de Assistência Social deve apresentar uma linguagem mais acessível, que permita a compreensão dos diversos atores da assistência social e dos usuários da política, salientando que o documento não define claramente a questão do co-financiamento, especialmente quanto ao percentual de recursos de cada esfera de governo e em cada nível de complexidade das ações, acrescentando que é fundamental que haja garantia de financiamento para o Suas, uma garantia do percentual orçamentário definido. Colocou também sobre a necessidade de definição mais clara dos papéis das diversas instâncias do sistema descentralizado e participativo da assistência social, bem como dos mecanismos de operacionalização e execução, especialmente nos aspectos da gestão, controle e financiamento, salientando que a Política Nacional de Assistência Social deveria ser aprovada antes do final da atual gestão dos municípios a fim de oportunizar a sensibilização dos futuros gestores quanto aos novos rumos da assistência social e a inclusão da nova proposta já nos planos dos próximos governos. Foi destacado nas discussões do Grupo 2 que, sobre a questão das emendas parlamentares deve ter de alguma forma incluída no Suas com alguns indicativos quanto à adequação dessas emendas ao novo sistema. Com relação à questão nº 2, a senhora Letícia Raymundo esclareceu que esta foi um pouco prejudicada no debate pelo Grupo por causa da questão do tempo, uma vez que o tempo foi exíguo para que se desse continuidade à discussão, mas que, de um modo geral o Grupo concordou com as atribuições previstas no documento preliminar, porém, considera necessário um maior detalhamento e clareza quanto às atribuições da esfera estadual. E, por fim, acrescentou que um outro ponto de destaque no Grupo foi quanto à participação neste evento aqui, ressaltando que traz a todos o comprometimento quanto à divulgação da proposta da Política Nacional de Assistência Social e quanto ao fomento das discussões nos estados e municípios. Passando para os relatos do Grupo 3, que foram proferidos pela senhora Lia Raquel, Representante do estado de Sergipe, que colocou que em relação às expectativas do grupo, os princípios estabelecidos pela nova política devem ser mantidos e o Suas irá apenas garantir a sua operacionalização e efetividade, destacando que o Suas deve garantir, promover uma capacitação continuada com todos os atores responsáveis pela

sua operacionalização, tanto o corpo técnico, gestores, como também a fim de garantir um maior compromisso com o que já está estabelecido na política, bem como ampliar a participação dos usuários para que ele realmente possa ser divulgado, possa ser discutido realmente e assim possibilitar uma maior participação dos usuários, para que haja realmente a participação de todos. Destacou também que, quanto ao texto, houve concordância no Grupo de que ele deve ser mais claro, estando este muito denso, salientando que, como a grande maioria não teve contato com o texto, houve uma certa dificuldade em conduzir as discussões, uma vez que se julgou necessária uma maior concentração sugestionando que o mesmo deva ser reescrito de uma forma mais clara, mais acessível para que se compreenda com mais facilidade. Quanto ao esquema sobre a rede, a senhora Lia colocou também deve ser aprofundado de uma forma mais clara e que houve consenso no Grupo que, na concepção sobre o Suas, o texto fala sobre a intersectorialidade entre as políticas, mas que nos princípios e nas diretrizes isso ficou ausente, colocou como sugestão do Grupo que seja incluída a intersectorialidade com outras políticas nas diretrizes. O grupo também sugeriu que fossem realizados seminários regionalizados para discussão das novas propostas, da nova proposta do Suas, cada conselho municipal deve ter o dever de propor a discussão do Suas, estudar o documento e sugerir propostas para congressos estaduais e que devem ser também verificadas áreas, regiões, cidades que já estejam em um nível de organização mais avançado, de forma que esses sirvam como exemplo e modelos para os municípios na implantação do SUAS. Por fim, o grupo compreende que o documento expressa uma reestruturação da política que já existe, a Política Nacional de Assistência Social, e que ele representa um avanço das discussões e encaminhamentos coletivos que já vêm sendo tomados ao longo da história da Política Nacional de Assistência. E finalizou dizendo que a coordenação do nosso grupo foi feita pela senhora Vânia e Regina, do Conselho Nacional de Assistência Social. O senhor Carlos Rogério questionou se algum participante gostaria de se manifestar sobre o relato do Grupo, em não havendo quem quisesse se manifestar, passou-se então para os relatos dos Grupo 4, proferidos pela senhora Luiz Lurdes, que iniciou o seu relato colocando que, com relação à questão 1, as expectativas do grupo quanto ao conteúdo da política, o grupo discutiu que deve haver uma maior visualidade nas ações a serem operacionalizadas dentro do documento, que elas ainda aparecem de maneira muito diluída e também deve ficar mais claro para a política do Suas, o que significam políticas básicas e políticas especiais, para que fique mais fácil identificar quais serão as ações a serem realizadas dentro dessas duas políticas, também uma questão que ficou discutida, foi a questão do financiamento, que o financiamento não está definido

em nenhuma das três esferas de Governo, devendo a política ter um direcionamento mais efetivo quanto a essa relação da orientação do financiamento, uma vez que os recursos são para programas e projetos específicos e destacou que a necessidade de que sejam definidos percentuais a serem aplicados, podendo inclusive esses percentuais serem gradativos. Colocou também que o documento deve dar indicativos para definição objetiva do que são as entidades da assistência social, já que a proposta do SUAS é de trabalhar em redes, salientando que tal informação deve estar claramente definido no documento. Acrescentou relatando que se deve tratar a questão dos recursos humanos, porque o que se percebe é que os recursos humanos na operacionalização da Política da Assistência Social ainda são muito frágeis e que o documento também tratasse dessa questão, tanto na capacitação desses recursos humanos como no desenho dos papéis das funções que aparecem na prática da Política de Assistência Social. Com relação ao monitoramento e avaliação, a necessidade de fortalecer e objetivar o sistema de monitoramento e avaliação de forma a garantir dados mensuráveis que possam mostrar as mudanças de qualidade de vida efetivadas a partir da Política Nacional de Assistência Social. E que a questão do SUAS colocar como eixo principal de intervenção a família facilita essa mensuração, mas que se tem que definir realmente indicadores a serem trabalhados dentro dessa política. Colocou ainda que deve ficar mais claro qual o local dos benefícios de ação continuada dentro dessa política, política especial, política básica, principalmente papel do BPC, que hoje é onde se encontra o maior montante de recursos, dentro da área de assistência é o financiamento do BPC. Com relação à questão do papel do estado, foi quase unânime no grupo que o estado, dentro da Política de Assistência Social, está meio confuso de qual seria o seu papel e que o grupo colocou que seria necessário que os estados normatizassem e efetivassem primeiramente o que está definido na Lei Orgânica da Assistência Social como o papel do estado. Com relação à questão dos benefícios eventuais e outras questões que estão lá que os estados também não está definido no documento, salientando que o município finda em arcar com essa função que é papel do estado. Acrescentou dizendo que o estado, dentro da política, deveria ser colocado como órgão que fosse efetivar a questão de uma política contínua de capacitação aos operadores da Política de Assistência Social, não só questão do Conselho. Com relação ao PETI, a senhora Lia colocou que o Grupo chegou ao consenso de que o estado também entrasse como co-financiador, não só no PETI, mas em outros programas específicos, o que talvez facilitasse essa atuação. Destacou também que o SUAS deve ter um papel articulador, tanto para a ação, não só para ações nessa articulação política, mas também como articulador na captação de recursos a serem investidos na área de

políticas sociais, porque às vezes o estado tem esse potencial maior de ser captador de recursos do que os próprios municípios e que as políticas de combate à pobreza fossem vinculadas às ações integradas de desenvolvimento regional, acrescentou que os planos estaduais de assistência pudessem fortalecer as ações onde o estado está trabalhando a questão do desenvolvimento local, o desenvolvimento regionalizado. O senhor Carlos Rogério questionou se algum dos presentes gostaria de se manifestar em relação ao relato do Grupo 4, em não havendo quem quisesse se manifestar, o senhor Carlos Rogério procedeu alguns informes referentes à reunião do Fórum Nacional de Assistência Social vai ser realizada às 14h30 no auditório, e que a reunião ampliada do Fórum Nacional de Assistência Social, seria no dia vinte e dois de julho de dois mil e quatro às 14h30, logo após o encerramento. Informou também que o prazo para as contribuições para elaboração do documento final da Política Nacional de Assistência Social foi estabelecido pelo CNAS até o dia trinta e um de agosto de dois mil e quatro e que as contribuições para o documento fossem enviadas para o correio eletrônico do Conselho Nacional, cnas@previdencia.gov.br. Em seguida, passou a palavra para o senhor José Romildo Magalhães, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do estado de Mato Grosso, relator do Grupo 5 para proceder os seus relatos. O senhor José Romildo Magalhães informou que o grupo nº 5 teve a coordenação de Jaime Adriano. Sobre a primeira questão, “quais as expectativas do grupo em relação ao conteúdo da Política de Assistência Social?”, o grupo considera que a Política de Assistência Social está bem estruturada e que as expectativas são as melhores possíveis, porém avalia que a elaboração detalhada de um plano de ação da política nacional é fundamental e deve considerar: 1º) as desigualdades regionais, 2º) o fortalecimento do controle social, 3º) a regulamentação da política. Colocou que várias questões foram levantadas e discutidas, entendendo que é a implementação do PNAS com um grande desafio e responsabilidade das três esferas de governo e da sociedade civil organizada. O senhor Magalhães destacou, porém ainda algumas preocupações, quanto à política centrada na esfera nacional, com pouca referência à participação da esfera estadual e relação com a sociedade civil. Pouco explícito quanto ao papel da sociedade civil, necessita estabelecer de forma mais clara a parceria entre o público e privado, a sociedade civil desempenha papel complementar e faz-se necessário à redefinição de suas práticas rompendo com antigas culturas e práticas filantrópicas adequando-se ao PNAS. O senhor Romildo Magalhães destacou ainda que O SUAS, ao exemplo do SUS, corre o risco de não garantir a universalidade da assistência se utilizar apenas o critério de número de habitantes, faz-se necessário elaborar estudo bem mais aprimorado,

considerar as diferentes realidades, padronizar os serviços e quem vai desenvolver esses serviços, definir mecanismos de avaliação e controle e que se faz necessário divulgar amplamente a política, posto que muitos municípios ainda desconhecem o Suas, acrescentando que é fundamental a pactuação, o estabelecimento de parcerias entre o público e privado, criar uniformidade na construção desta política para que se obtenha a redução da exclusão social. Colocou ainda que, como se trata de um documento em versão preliminar, o que possibilita a discussão bem mais ampla das bases para que possa ser o mais abrangente possível, o grupo avaliou e trouxe sugestão de que se reveja o prazo do dia 31, porque não dá tempo de mobilizar os municípios com esse prazo exíguo que estamos e de trazer as contribuições. Destacou também que a expectativa é muito grande em relação ao SUAS, de definir melhor a proteção básica especial, flexibilizar para não impedir a criatividade no município. Um outro ponto foi a questão dos recursos humanos. Destacou também que o documento não contempla o suficiente, faz-se fundamental o estabelecimento de um processo de educação permanente para todos os atores envolvidos, além da capacitação existe a necessidade da realização de encontros nacionais para os conselheiros discutirem suas questões específicas. Quanto à segunda questão proposta, entre quais as atribuições das três esferas de governo? A definição é de que a gestão deve ser tripartite, sendo o financiamento como responsabilidade das três esferas de governo, necessitando uma maior mobilização para a aprovação da PEQ que está tramitando no Congresso, que garante a vinculação e o co-financiamento da assistência social e conforme deliberação da 4ª Conferência, essa mobilização já é uma deliberação desde a 4ª Conferência também e a definição de 5% já vem de várias conferências, houve no grupo que não se tem ainda agora com a implementação do Sistema Único. Destacou também a necessidade de definir o papel do estado, definição da política estadual, é um dos papéis do estado, a regulação, cooperação técnica, capacitar e co-financiamento, monitoração e avaliação são algumas atribuições do estado, acrescentando que o município é responsável pela formulação e execução da política local que não deve ser definida pela disponibilidade de recursos e sim pela realidade e necessidade, é co-financiador na Política de Assistência Social. Para que o município elabore o seu plano de ação é necessária a realização de um diagnóstico. O senhor Romildo Magalhães acrescentou que algumas questões gerais que o grupo levantou, quais sejam: que atualmente tramita no Congresso o Projeto de Lei nº 3.877/2004, que regulamenta as ONGs. É importante conhecer o seu teor e se posicionar, porque parece que dentro do teor algumas entidades que hoje podem prestar assistência e receber recursos do estado, em se enquadrando dentro dessa regulamentação não

poderão estar recebendo. Outro ponto, a regulamentação pelos estados e municípios do valor e critérios dos benefícios eventuais, retirando essa competência do CNAS, está como uma competência do CNAS e até hoje não foi regulamentada, porque também conflita, porque o CNAS não pode definir algum critério para o município cumprir. Por último, o senhor Romildo Magalhães colocou a necessidade de se elaborar estratégias para divulgar a política como direito para beneficiários e atores, amplamente uma divulgação. O senhor Carlos Rogério questionou se algum participante gostaria de se manifestar, em não havendo, passou para os relatos do Grupo 6. O senhor Marcio Petrônio, Presidente do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, relator do Grupo 6, colocou que foi apontada a insatisfação em relação à demora em definir o que é instituição beneficente de assistência social, pois há 10 anos se espera a apresentação do modelo a ser seguido pelas instituições que prestam serviços na área de assistência social e que houve um questionamento de como estas instituições beneficentes de assistência social se enquadram ou se articulam com os centros apontados no gráfico apresentado na primeira parte da reunião, qual seja o questionamento: “Esses centros regionais e centros especializados são prédios públicos, ou são espaços em prédios pertencentes às instituições beneficentes?” O senhor Márcio Petrônio, colocou ainda que houve relatos de modelos testados que muito se assemelham ao gráfico apresentado, onde os centros regionais fazem a integração de programas, orientação social, inscrição em programas, dentre outras atividades. Informou que os membros do grupo argüíram sobre a responsabilidade do co-financiamento nas esferas estaduais e municipais, inclusive nas ações agora apresentadas como básicas, de média e alta complexidade. Saliu que outro dilema que já perdura dez anos, é a respeito da participação do SUS e dos fundos de educação nas ações/programas de saúde e educação financiados pela assistência social e que foi apontado sentimento de preocupação e revolta quanto à discriminação com as instituições beneficentes de ensino especial, que recebem apenas R\$ 33,00 por aluno no fundo de educação, enquanto as escolas públicas recebem mais de 500 por aluno. Também foi colocada a importância de se reforçar o papel do controle social dos conselhos municipais e dos conselhos estaduais frente à força política da CIB e CIT, os quais têm papel de pactuação política e não de controle social e sobre o fortalecimento no papel dos conselhos municipais como instâncias de aferição do alcance social das ações de assistência social praticadas pelas instituições de educação e saúde. O senhor Petrônio colocou que alertaram sobre a existência de diversos tipos de leis de criação de conselhos municipais que ferem frontalmente a alunos e que pediram que seja solucionada a falta de definição sobre a certificação das instituições de educação e

saúde, que não praticam efetivamente ações de assistência social. Foi demonstrada preocupação quanto à criterização entre o que são ações básicas, de média e de alta complexidade, com conseqüente definição do que vai ser regional, local/municipal e, ainda, a delegação das ações de alta complexidade para somente os municípios que declarara inteira capacidade técnica e financeira estrutural para implantá-las e executá-las, contudo sem deixar de fortalecer o poder público local como executor. Também foi questionado se há previsão de um programa de capacitação de recursos humanos da assistência social, por conta das mudanças profundas a serem provocadas pela implantação do SUAS. Foi solicitada definição do conceito de trabalhador da área de assistência social e que haja imposição de que qualquer profissional envolvido tenha efetivo conhecimento técnico, evitando-se assim indicações políticas locais que têm utilizado o PETI e benefícios eventuais com intenções clientelistas e eleitoreiras. O senhor Petrônio informou, por fim, que foi colocado pelo grupo que o discurso político da proposta da Política Nacional de Assistência Social, não é novo e deveria evoluir para a definição de critérios de qualidade, estabelecimento de redes, conceitos de instituições beneficentes de assistência social, definição das estratégias de articulação para elaboração dessas políticas, dentre outras. Foi apontada a ausência de um modelo de monitoramento e avaliação, foi solicitada a criação de um cadastro dos beneficiários de assistência social nas instituições beneficentes de assistência social, educação e saúde. E como nem tudo são espinhos, finalmente a exaltação desse novo estágio de discussão da Política de Assistência Social. E finalizando, em nome da delegação do Rio de Janeiro, parabenizou a receptividade e o carinho do povo de Sergipe e a originalidade da bolsa, porque representa bem o estado. Em seguida, passou-se ao relato do Grupo 7, proferido pelo senhor Ronaldo José, que, de início, informou que o grupo foi coordenado pela Cláudia Sabóia, do Ministério do Desenvolvimento Social. Enfatizou que algumas questões foram levantadas pelo Grupo e que estas precisam ser melhoradas no documento, uma vez que o Grupo considerou a necessidade de haver mais discussão para se ter mais clareza sobre o documento. Quanto à questão dos recursos humanos, o senhor Ronaldo informou que o Grupo sentiu necessidade de se definir na política quem são os trabalhadores da área de assistência social, acreditando ser fundamental ter uma definição clara de quem são estes trabalhadores das três esferas de governo. Outra questão levantada foi em relação ao estabelecimento de uma política de recursos humanos, porque nós entendemos que não dá para falar em política pública se você não tem uma política de recursos humanos, o que viabiliza junto com outras questões, a execução da política pública, então é necessário que nós tenhamos uma definição dessa

política. Em relação ao financiamento nós colocamos que o documento tem que explicitar as atribuições do co-financiamento, porque na verdade a maioria dos municípios trabalha basicamente o recurso dos municípios, ou recursos do Governo Federal, estado coloca quase nada, com exceção de raras exceções neste país, o estado investe muito pouco na Política de Assistência Social e não dá para o Governo Federal e o município assumirem a Política de Assistência Social sozinho, salientando que deve se definir que percentual, de que forma o estado irá colocar dinheiro, recurso, *money* na política, isso precisa ser bem definido porque o estado só administra o recurso do Governo Federal e fica na cola dos municípios, cobrando documento, mas dinheiro que é bom não coloca nada, está aí um apelo aos conselhos estaduais para fazer essa discussão nos seus conselhos e cobrar do estado também a participação deles no co-financiamento dessa política. A outra questão tratada foi a definição de percentuais da PEQ, que está tramitando no Congresso, destacando que foi consenso no Grupo que a PEQ deve se estender tanto em nível federal, como em nível estadual e em nível municipal, ressaltando que não adianta ter uma PEQ em nível nacional, se os estados não têm uma definição de quanto eles vão gastar na Política de Assistência Social e tampouco os municípios também saberão quanto eles vão gastar. Quanto à questão de concluir um diagnóstico, mencionando que foi informado pelo Coordenador do Fundo Nacional de Assistência Social que está sendo feito estudo, um diagnóstico onde se está levantando qual o percentual que os estados, municípios e a União aplica na Política de Assistência Social, apresentando como consenso do Grupo que esse estudo é fundamental para que se possa avançar na relação do financiamento, ressaltando que se faz necessário a elaboração de um estudo de custos dos serviços, programas e projetos, para que se possa realmente definir e articular melhor a questão do financiamento. O senhor Ronaldo colocou que, com relação ao controle social é preciso definir melhor o que é entidade de assistência social, destacando a necessidade de uma melhor definição de quem são essas entidades de assistência social. Outra questão abordada pelo Grupo 7 foi quanto à necessidade de se explicitar melhor no documento a questão do papel da CIT e da CIB e sobre a necessidade de se reconhecer outras instâncias de controle social, apesar de que a Lei Orgânica fala do conselho, mas hoje no Brasil existe muita experiência de fóruns, de colegiados, de união de conselhos, são espaços políticos de discussão dessa política. Na questão da gestão, o senhor Ronaldo colocou que o Grupo colocou que a Política Nacional precisa ter uma padronização de conceitos vulnerabilidade, ressaltando a necessidade de se ter uma padronização dos conceitos que fazem parte da Política Nacional, da política estadual, das políticas municipais, se nós estamos falando em

construção de sistemas, sistema pressupõe que o usuário entra, transita e sai. Colocou também sobre a necessidade de se implantar um sistema de monitoramento e avaliação, o Ministério da Assistência Social pela primeira vez tem uma gerência de monitoramento e avaliação que está discutindo uma proposta, com vistas a se ter uma avaliação da eficiência e eficácia dos nossos serviços da política. O Grupo colocou também que é imperativo ter diretrizes e que os estados e os municípios sigam essas diretrizes. Discutiu-se também sobre a questão da necessidade de se fazer uma revisão da NOB e a articulação institucional com as demais políticas públicas. Quanto à questão, foi discutida de forma bem sucinta, e o Grupo colocou as atribuições das três esferas: União, monitorar e avaliar essas políticas, estabelecer diretrizes junto com o conselho nacional, fazer o financiamento de parte dessa política, discutir e apresentar conceitos universais em relação à Política Nacional e propor uma política de capacitação continuada, para o país e para os trabalhadores na área de Assistência, o estado a mesma coisa, monitoramento e avaliação, capacitação e assessoramento aos municípios, execução de alguns serviços. Por fim, o senhor Ronaldo colocou que, quanto ao co-financiamento, é necessário se investir, nessa política e que este é um papel do estado também e o município na execução, ressaltando que a maioria dos serviços está na base dos municípios, então a execução, o co-financiamento, o monitoramento também é importante que os municípios façam e também capacitação continuada para as entidades, trabalhadores e a rede de assistência social. Em seguida o senhor Carlos Rogério abriu a palavra aos participantes que desejassem se manifestar, questionar ou solicitar esclarecimentos sobre os relatos hora apresentados. O senhor Cláudio Osório Brito solicitou que a relatora do Grupo 4 se pronunciasse no sentido de esclarecer alguns percalços pelos quais passaram alguns membros do Grupo 4. A senhora Luiza de Lurdes esclareceu que o Grupo não fechar todas as questões e propostas, mas que alguns pontos da discussão, em parceria com a Patrícia, que era a coordenadora do grupo, não foi possível de serem acompanhados. Em seguida, a senhora Márcia Maria Biondi Pinheiro, no uso da palavra colocou que os grupos trabalharam com muita propriedade, com diferentes conhecimentos da política, salientando que é digno de se notar que a política corresponde a várias indagações que nós vimos fazendo nesses últimos dez anos sendo esta uma construção coletiva e, apesar de ter níveis diferentes de conhecimento desse documento. A senhora Márcia chamou a atenção para a questão do tempo político para a discussão nos grupos sobre os temas comuns, ressaltou que houve consenso nos diversos grupos em relação pontos-chave e gestão, financiamento e controle social. A senhora Márcia Pinheiro enfatizou que a política tem que ser construída nesse tempo político, intervindo para solicitar que se

tenha um cuidado especial em discutir com todos, mas que os prazos fossem mantidos, porque depois será feita uma grande sistematização que vai para a reunião do Conselho Nacional, uma vez que esta é a instância que aprova a Política Nacional de Assistência Social. Colocou ainda que esse é um esforço coletivo para fazer chegar essas discussões onde se pretende chegar, e lembrou que o prazo para envio das contribuições ao CNAS é até 31 de agosto para que se possa sistematizar tudo o que foi recebido pelo Conselho. O senhor Marcos se manifestou discorrendo que o processo pelo qual a construção do Sistema Único de Assistência Social vem passando reflete-se num processo de evolução, mas que essa evolução só se dará na medida que for compreendido o grau da competência e o grau do poder dos gestores dessa política. O senhor Marcos fez ainda uma crítica a alguns conselhos que não desempenham um papel relevante na área de Assistência Social. O senhor Marcos destacou também a necessidade de mudança na postura política, sobretudo regional, com vistas a demolir o sistema de política de governo populista, colocando que este não é um ideal de política de Assistência Social. O senhor Ronaldo José propôs que nessa reunião ampliada do CNAS, devido à sua representatividade e o número de participantes, que se aprovasse uma manifestação de apoio em relação à extinção da CND, dos municípios que recebem recurso do Fundo Nacional, que foi através de um decreto da Medida Provisória nº 190 e que está sendo votado na assembléia na qual os deputados estão querendo tirar justamente aquele artigo que fala que os municípios não precisam apresentar CND, porque isso traz prejuízo para o usuário da assistência social, não traz prejuízo para mais ninguém, uma vez que uma disciplina recebe, quem fica penalizado é o usuário na ponta. Salientando que a exigência de apresentação da CND prejudica o repasse do recurso federal, acrescentando que esta exigência só está sendo feita no âmbito da Assistência Social. Em seguida, o senhor Adão Palma, do Rio Grande do Sul, reiterou uma colocação que foi feita pelo grupo nº 1, sobre a questão do pacto federativo, que, segundo o senhor Adão Palma, é essencial que aconteça, uma vez que é nos municípios que as coisas devem ou deveriam acontecer. O senhor Adão Palma acrescentou que os municípios não têm recursos financeiros para atender toda essa demanda. O senhor Carlos Rogério colocou que a Representação da Central Única dos Trabalhadores acredita que o estado tem que assumir esse papel nas discussões do orçamento, nas discussões dos congressos, nas propostas de governo, e que está sendo feito um esforço de mobilização, de conscientização, para que o papel do estado seja garantido não apenas de esperar o capital, uma vez que esse procedimento não tem surtido o efeito esperado, e ressaltou que o estado tem que assumir realmente esse papel na questão da geração de emprego,

na questão das políticas públicas, na questão da saúde, educação e também na área da assistência social. Em seguida a senhora Vera Núbia, da Universidade de Tiradentes, colocou a relevância de se discutir o perfil, qual seria o papel do trabalhador da assistência social, salientando que houve muita luta para que a política de Assistência Social tenha a sua identidade enquanto política. Em seguida a senhora Ramona, do município de Alagoinhas, do interior da Bahia, que colocou a questão da dificuldade em se trabalhar a metodologia dos trabalhos durante a reunião, ficando assim prejudicado o entendimento de questões primordiais quanto à discussão de temas de tamanha relevância. A senhora Romana colocou ainda sua satisfação pela realização do evento e sugerindo que tais encontros aconteçam com mais frequência, uma vez que o momento é oportuno para a discussão e esclarecimento das dúvidas existentes. O senhor Carlos Rogério agradeceu a presença de todos os participantes à Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS e convidou o Presidente Carlos Ajur para proferir os agradecimentos finais. O Presidente Carlos Ajur passou a palavra para a senhora Lizandra Vieira de Oliveira que agradeceu a presença de todos e, mostrando-se grata com a realização do evento, destacando que este foi um momento de desafio, não apenas para o Conselho Municipal. A senhora Lizandra agradeceu a participação de todos, destacando: ao Conselho Municipal de Assistência Social de Aracaju, aos conselheiros que se fizeram presentes e aqueles que de alguma forma contribuíram, mas que puderam estar presentes. Agradeceu ainda à equipe do Conselho que fez parte da comissão organizadora: a Fernanda, Lucia, Iolanda, Ana Lucia, Luzia e a Dora, a Secretária-Executiva, além das pessoas que trabalham na Estação Cidadania que vieram dar a sua contribuição, Unildete, Ângela e Genivalda e ainda à Secretaria de Assistência Social. Agradeceu também o apoio da coordenação geral do evento, nas pessoas de Marta, Rubens, Solange, Ilza, os digitadores, o pessoal de apoio, o pessoal da Asplam, que durante esses dias nos acolheu em suas salas, e todos aqueles que participaram de alguma forma para a realização deste evento. Por último, a senhora Lizandra agradeceu ao CRSS, Conselho Regional de Serviço Social, ressaltando a oportunidade que o CRSS propiciou à mesma que, emocionada, concluiu sua participação. Em seguida, a senhora Rosário, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do município de Aracaju, que agradeceu o apoio da Petrobrás, da Unimed e apoio do Banco do Brasil, ressaltando o papel destes que foram os grandes parceiros para que pudesse oferecer a oportunidade à cidade de Aracaju participar dessa discussão que estava acontecendo no país. Agradeceu ainda, em nome do Prefeito Marcelo Déda, em nome da administração municipal, salientando a importância e relevância do evento que propiciou de intercâmbio

de conhecimento e informação para gestores, conselheiros e trabalhadores da área de assistência social. Fez ainda um agradecimento especial aos funcionários da Secretaria de Assistência Social e Cidadania que se somaram e construíram, em 15 dias, este grande evento na cidade de Aracajú. Agradeceu também a todos os Conselheiros Municipais, ao gestor municipal. Em seguida o senhor Carlos Ajur informou ao senhor Ronaldo que, quanto ao pleito de elaboração de uma carta de apoio em relação à demanda da isenção de apresentação da CND, seria encaminhado à reunião do colegiado do CNAS para que seja aprovada. O Presidente Carlos Ajur ratificou a informação dantes passada acerca do prazo para o retorno das colaborações ao texto da Política Nacional de Assistência Social. O Presidente Ajur informou ainda que o documento está sendo amplamente divulgado, tendo sido distribuído para os 27 conselhos estaduais e finalizou dizendo que os resultados desta reunião serão trabalhados juntamente com as secretarias para se agregarem ao documento. Em seguida, o Presidente Carlos Ajur passou a palavra para a Secretária Márcia Lopes, para que esta proferisse os seus agradecimentos finais. A senhora Márcia Lopes iniciou a sua fala referindo-se à emoção que causa aos militantes de uma luta política profissional, de uma luta pelo projeto da sociedade. A senhora Márcia Lopes parabenizou o Presidente Carlos Ajur pela condução dos trabalhos. Agradeceu ainda à comissão organizadora aqui de Aracaju, que em nome do Brasil teve esta dedicação. Agradeceu também à senhora Lisandra, Presidente do Conselho Municipal, e todos os membros do conselho municipal. Agradeceu, na pessoa da senhora Rosário, toda equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e, particularmente, ao Prefeito Marcelo Déda. A senhora Márcia Lopes que a equipe do Ministério está sendo chamada para debater, para discutir, para construir isso foi esperado durante o evento. Colocou ainda que os últimos dez anos foram imprescindíveis para a localização do sistema, da estrutura, da divulgação, do envolvimento e de um novo rumo para a assistência. Acrescentou dizendo que deixam a reunião com muitas tarefas de casa, muitas tarefas para os municípios, uma vez que há que continuar debatendo, e corroborou com o Presidente do CNAS quanto ao prazo de 31 de agosto, para sistematizar o documento para depois levar ao conselho em setembro para a aprovação da política e aí fazer o plano e a NOB até o final do ano, para que 2005 comece com uma outra lógica, ou com uma outra possibilidade de que os planos municipais e os planos estaduais também se incorporem ao coletivo e na esfera federal, nacional, no Conselho. Ratificou que acredita que todos sairão da reunião ainda mais imbuídos da responsabilidade de replicar, de multiplicar, de socializar tudo o que foi ouvido durante todas as discussões ocorridas durante a reunião. E colocou-se à

disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos, dúvidas ou sugestões por parte dos presentes, deixou ainda registrado o seu correio eletrônico, qual seja: marcia.lopes@mds.gov.br e ainda os telefones para contatos, qual seja, 313- 1178. A senhora Márcia agradeceu a equipe do Ministério que está aqui conosco e nesses dias, o José, a Patrícia, a Gisele, o Marcos, que é o Coordenador do Fundo Nacional, a Cláudia, a Márcia Pinheiro, a Simone, o Jaime, a Mercedes e a Dorinha, como servidores do Conselho e toda a equipe do Conselho. Em seguida o Presidente do CNAS, senhor Carlos Ajur, em nome do Conselho Nacional de Assistência Social e dos demais conselheiros e conselheiras, agradeceu ao Conselho Municipal de Assistência Social, à Presidente Lisandra e aos seus conselheiros, à Secretaria Municipal de Assistência Social com toda a sua equipe, estendendo também à secretária, ao Prefeito Marcelo Déda pelo apoio que tem dado para a realização desse evento e a todos que atenderam a esse chamado, esse convite para participar desta reunião. Agradeceu também à Secretaria Nacional de Assistência Social na pessoa da Secretária Márcia Lopes, assim agradecendo a todos os funcionários, toda sua equipe e que a secretária estenda esses agradecimentos ao Ministro Patrus Ananias. Agradeceu também à equipe de funcionários do CNAS que tem dado o apoio trabalhando junto com a equipe de funcionários da secretaria, com a equipe do conselho, da secretaria municipal, dando todo o suporte para que este evento se realizasse com esse sucesso, aos conselheiros nacionais. O Presidente colocou ainda que o CNAS certamente vai continuar desenvolvendo o seu papel e sua função em parceria e não pode ser diferente com a secretaria nacional, na construção desse novo momento da política de assistência social de nosso país, que era um sonho de dez anos, que é um sonho dos gestores, é um sonho dos trabalhadores, é um sonho dos dirigentes de entidades, para que nós possamos realmente fazer o resgate social da população carente, da população excluída. O Presidente felicitou-se ainda de estar participando deste momento, da construção de uma política de assistência social no país, para onde a sociedade brasileira está sendo chamada, está sendo convocada a dar a sua parcela de contribuição, salientando que isso é salutar. Agradeceu também a participação, o apoio dos membros e colegas, companheiros membros do Fórum. E informou que a reunião do Fórum será no mesmo espaço em que acontece a Plenária. Por fim, desejou a todos os presentes um bom retorno. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, o Presidente Carlos Ajur Cardoso Costa agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a reunião. E, para constar, eu, **(RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ATA)** lavrei a presente Ata que, depois de aprovada será assinado por mim e pelos demais membros do Conselho.